



**PDE | ESCOLA
ATIVA**

PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Projeto Base



EQUIPE EDITORIAL

Armênio Bello Schmidt
Bernard Herman Hess
Eliete Ávila Wolff
Graciete Maria Nascimento Barros
Sara de Oliveira Silva Lima
Sisley Cintia Lopes Rocha
Viviane Costa Moreira

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Cacilda R. Cavalcante
Clélia Adriana Matos dos Santos
Débora Amorim Gomes da Costa Maciel
Elaine Maria Augusto de Azevedo
Glauciane Pinheiro Andrade Couto
Gildete Dutra Emerick
Ivanilde Oliveira de Castro
José Edson de Oliveira Lima
José Roberto Rodrigues de Oliveira
Lenira Silveira Barbosa
Marize Souza Carvalho
Olgalice dos Santos Suzarte de Jesus
Oscar Ferreira Barros
Maria Izabel Brunacci Ferreira dos Santos
Ana Paula Lima Figueiredo

PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO

André Carvalho — Iluminura Design

REVISÃO

Bernard Herman Hess
Eliane Alves de Melo
Maria de Fátima da Costa Saraiva.

BRASÍLIA, Outubro de 2008

Brasil. Ministério da Educação.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Projeto Base.
— Brasília : SECAD/MEC, 2008.
48 p. : il

1. Programa Escola Ativa. 2. Educação do campo.

I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade. II. Título.

ISBN: 978-85-60731-71-8

CDU 371.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Coordenação Geral de Educação do Campo – CGEC/SECAD/MEC
SGAS Quadra 607, Lote 50, sala 104
CEP: 70.200-670 – Brasília - DF
(61) 2104-6285
coordenacaoeducampo@mec.gov.br



**PDE | ESCOLA
ATIVA**

PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Projeto Base



Apresentação



O Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD, apresenta o Projeto Político Pedagógico do Programa Escola Ativa. O objetivo deste material é estabelecer as bases e os fundamentos do Programa para orientar a sua implantação em novas escolas assim como possibilitar seu aperfeiçoamento em escolas com classes multisseriadas que já desenvolvem o Programa, preparando educadores e gestores para atuar na realidade da Educação do Campo. O material tem também como propósito orientar a prática do educador no sentido de uma compreensão mais ampliada da escola e dos processos de ensino e aprendizagem com vistas à consolidação de uma política pública apoiada na rica história de organização dos povos do campo.

As escolas com classes multisseriadas correspondem a mais de 50% das escolas do campo. No entanto, suas limitações em termos de infra-estrutura e no que diz respeito à formação específica dos educadores para atuar com esta forma de organização escolar têm gerado um crescente debate. Neste sentido, abriram-se novas perspectivas para as

classes multisseriadas pensadas a partir de outra organização do trabalho pedagógico e outra relação entre disciplinas, séries, educandos/as e educadores/as.

O Programa Escola Ativa, que completou dez anos de sua implementação no ano de 2007 e que chegou a atender mais dez mil escolas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, demandou uma revisão da experiência que foi realizada pela equipe de pesquisadores da UFPA- Universidade Federal do Pará, com o apoio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD.

A pesquisa, cujo objetivo foi identificar as práticas e ressignificações constituídas na atuação de educadores e técnicos junto ao Programa, realizou-se por meio de metodologias e técnicas quantitativas e qualitativas. Ao mesmo tempo e de forma articulada, a equipe de técnicos, especialistas e consultores trabalharam intensamente para elaborar o Caderno de Orientações Pedagógicas do Educador e os materiais didáticos para o trabalho com os educandos em sala de aula. O processo de reformulação, que se fez a partir dos resultados da pesquisa realizada pela UFPA, incorpora, ainda, pareceres dos Coordenadores Estaduais de Educação do Campo e do Programa Escola Ativa.

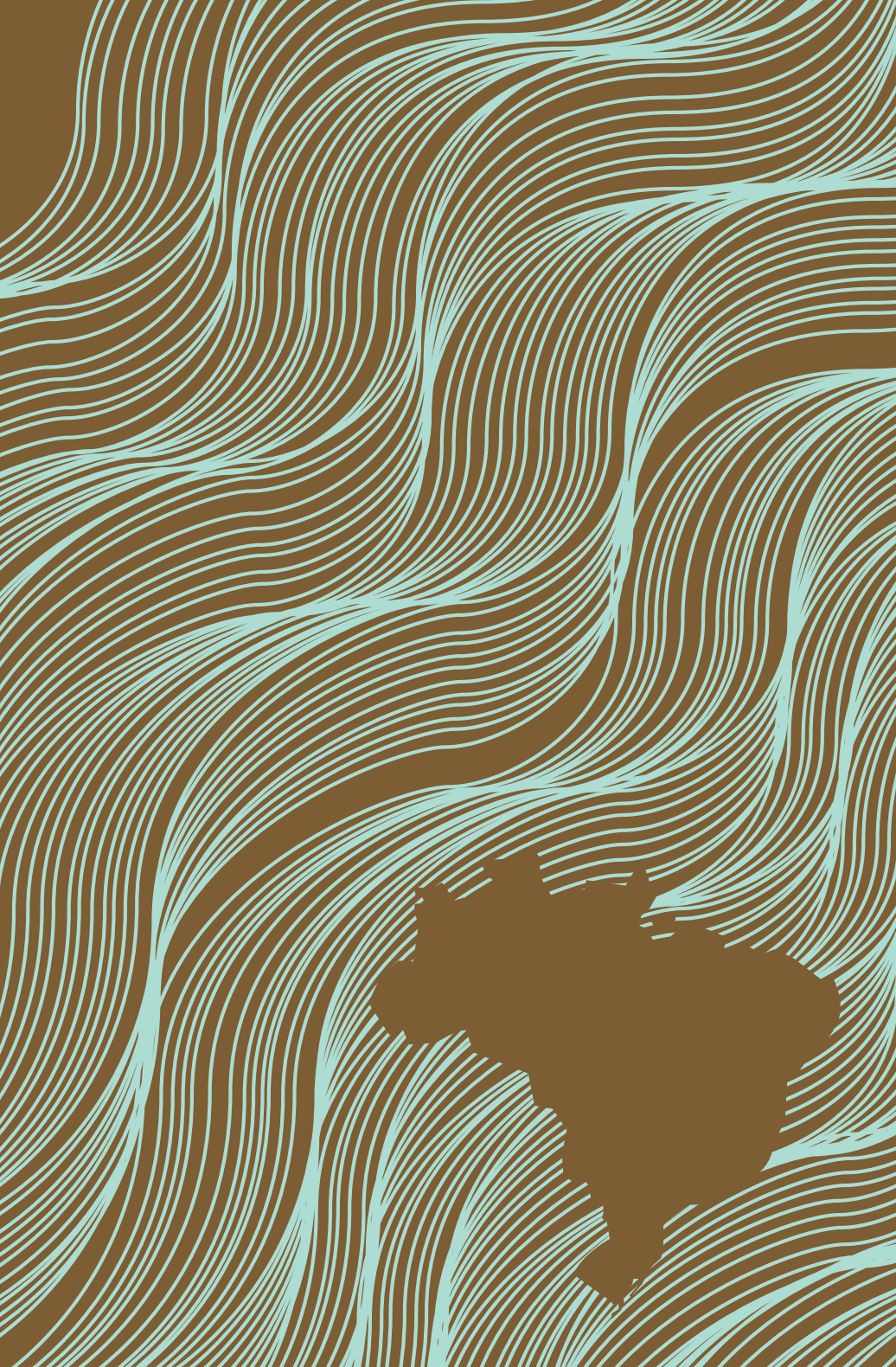
Todo o processo de reformulação explora novos limites e tem como referência a prática de uma educação integrada com o ser humano que vive e trabalha no campo. A revisão do Programa procura ainda contemplar novos conteúdos e metodologias, assim como aprofundar o debate sobre as classes multisseriadas do campo.

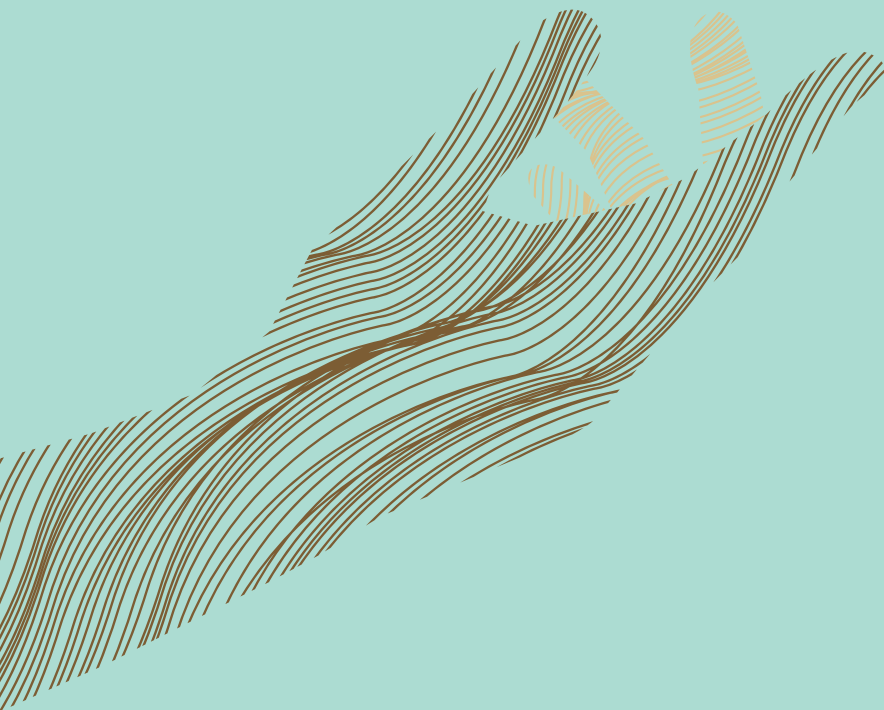
Todo o processo se dá à luz das concepções apresentadas nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03 de abril de 2002 e das Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento à Educação Básica do Campo - Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008.

As classes multisseriadas nos desafiam a repensar a escola, suas disciplinas, séries, conteúdos e avaliações. Neste sentido, este Programa se apresenta como mais um passo no avanço histórico de construção de uma proposta para classes multisseriadas, que certamente não termina por aqui e é responsabilidade de todos.

Apresentação 4

1	Educação do Campo e Classes Multisseriadas: breve diagnóstico	9
2	Histórico do Programa Escola Ativa	11
3	O Programa Escola Ativa: fundamentos	16
4	O Programa Escola Ativa: finalidades	19
5	Aspectos Legais	22
6	Elementos Estruturantes da Metodologia do Programa Escola Ativa	27
7	Objetivos do Programa Escola Ativa	33
8	Metas Físicas do Programa Escola Ativa 2007-2010	34
9	Público	34
10	Formação Continuada de Educadores/as e Coordenadores/as Estaduais e Municipais	35
11	Proposta de Curso de Formação do Programa Escola Ativa	36
12	Microcentros	40
13	Material Didático e Pedagógico	42
14	Estrutura Operacional do Programa Escola Ativa	44
14.1	Gestão	44
14.2	Monitoramento e Avaliação	46





1

Educação do Campo e Classes Multisseriadas: breve diagnóstico

Quando analisados os dados da Educação do Campo, identificam-se desigualdades históricas no que se refere ao direito à educação dos povos do campo. O Censo Escolar de 2006 indica a existência de 7,4 milhões de matrículas nas escolas do campo em uma rede de 92.172 estabelecimentos para a educação básica. Do total da matrícula, (74,5%) diz respeito ao Ensino Fundamental, 933.444 (12,5%) à Educação Infantil e 219.332 (2,9%) ao Ensino Médio.

Dentre os educandos do Ensino Fundamental, 71,5% estão matriculados nos anos iniciais (1^a a 4^a séries), onde se concentram as classes multisseriadas. No que se refere à escolaridade da população, enquanto na zona urbana a população de 15 anos ou mais apresenta uma escolaridade média de 7,3 anos, na zona rural esta média corresponde a 4 anos.

O fluxo escolar dos educandos matriculados nas escolas rurais também apresenta problemas de distorção mais acentuados do que o das escolas urbanas (Tabela 1). Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, a taxa de distorção idade-série para os educandos das escolas do campo é o dobro da apresentada nas escolas das áreas urbanas.

Esta diferença tende a crescer à medida que se avança para as etapas mais elevadas de escolarização, pelo efeito de retenções acumuladas ao longo do percurso escolar, de acordo com o Censo Escolar 2006. Deriva-se daí que as classes multisseriadas atendem crianças com uma diversidade etária maior do que na cidade, onde a distorção idade-série já constitui um problema de grande gravidade.

Tabela I

Taxa de Distorção Idade-Série por Nível de Ensino e Localização
Brasil e Regiões - 2006

	Até 4ª série		5ª a 8ª série		Ensino Médio	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	18,5	39,4	33,2	53,4	44,6	57,7
Norte	29,2	51,1	44,8	63,4	63,2	70,5
Nordeste	29,0	42,3	48,6	59,8	62,0	70,5
Sudeste	11,9	23,8	23,1	36,0	33,4	41,1
Sul	11,6	14,8	24,9	27,5	29,8	31,6
Centro-Oeste	17,7	29,4	34,5	47,3	42,0	53,6

FONTE: MEC/INEP/DTDIE

Associada a esses dados há uma rede escolar caracterizada por grande precariedade em suas instalações físicas. Os dados indicam que persiste a ausência ou inadequação de elementos básicos de infra-estrutura física das escolas do campo, tais como o atendimento por rede de esgoto e energia elétrica para parte significativa das escolas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste. Das escolas de Ensino Fundamental da Região Norte, 16% não contam com sanitário, 50% não possuem energia elétrica e 16,5% não possuem rede de esgoto. Para a Região Nordeste, os dados indicam que 9% não são dotadas de sanitário, 17% não possuem energia elétrica e 9% não possuem esgoto.

A precariedade da educação oferecida às populações do campo se apresenta de forma mais visível nas escolas com turmas multisseriadas, uma vez que estas constituem a maioria das escolas do campo. O Censo Escolar 2006 apontou a existência de cerca de 50 mil estabelecimentos de ensino nas áreas rurais com organização exclusivamente multisseriada, com matrícula superior a um milhão de estudantes, configurando uma urgente necessidade de apoio técnico e financeiro por parte da União e Estados.

Atualmente o Programa Escola Ativa está presente em cerca de dez mil escolas, segundo dados da SECAD/MEC. O propósito da CGEC/SECAD/MEC é possibilitar o acesso deste Programa, com seus recursos de natu-

reza pedagógica, para um universo maior de escolas e seguir no aprimoramento da tecnologia do trabalho educativo destinado a auxiliar o trabalho de educadores que atuam com classes multisseriadas.

2 Histórico do Programa Escola Ativa

O Modelo da Escola Nova chegou ao Brasil na década de 1920, influenciando um importante movimento social e político no âmbito da educação. Envolveram-se neste movimento intelectuais como Anísio Teixeira, influenciado pelas idéias de John Dewey (pragmatista estadunidense), Fernando de Azevedo e Lauro de Oliveira Lima, como afirma Cury (1988).

O escolanovismo influenciou as leis educacionais das décadas seguintes e somou-se ao contexto de crítica do sistema tradicional, que precisava ser democratizado em termos de acesso e ser modificado em termos de método. Sua presença cumpriu um papel histórico na superação do modelo tradicional de escolarização presente no início do século e marcou a mentalidade de uma época.

Na década de 1970, ainda, o escolanovismo orientou a proposta formulada na Colômbia do Programa Escuela Nueva, criado para atender as classes multisseriadas. O programa estava dirigido ao atendimento das regiões com baixa densidade populacional, principalmente as regiões rurais que apresentavam também os problemas de baixa qualidade educacional.

O Boletim de Educação da OREALC – Oficina Regional de Educación para América Latina y Caribe – de julho-dezembro de 1968 informava que Alejandro Covarrubias e Santiago Hernández Ruíz promoveram a experimentação de escolas multisseriadas em doze países latino-americanos (Escola Ativa, 1999).

As escolas multisseriadas eram consideradas como resquício de um período em extinção em decorrência do processo acelerado de urbanização. Os espaços do campo, comumente negligenciado por políticas públicas e atendido apenas por políticas compensatórias, recebe um programa que procura auxiliar o trabalho do educador.

Segundo o documento “Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa” (Brasília, 2005, p. 12-14), publicado pelo MEC/FNDE/FUNDESCOLA, em maio de 1996, um grupo de técnicos da Direção-Geral do Projeto Nordeste (Projeto Educação Básica para o Nordeste), projeto do Ministério da Educação, e técnicos dos estados de Minas Gerais e Maranhão foram convidados pelo Banco Mundial a participarem, na Colômbia, de um curso sobre a estratégia “Escuela Nueva-Escuela Activa”, desenhada por um grupo de educadores colombianos que, há mais de 20 anos, atuavam com classes multisseriadas daquele país.

Surgiu daí a proposta de implantar essa metodologia a fim de auxiliar o trabalho do educador com classes multisseriadas brasileiras. Em agosto de 1996, em um seminário ministrado por um representante da Fundación volvamos a la gente, responsável na Colômbia pela implantação e implementação da estratégia neste país, a DGPN-Direção-Geral do Projeto Nordeste reuniu em Brasília todos os Secretários de Educação e diretores de ensino dos estados do Nordeste para conhecerem a estratégia e decidirem sobre sua adoção. Após o seminário, os estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí decidiram pela adoção da estratégia e, em outubro de 1996, técnicos destes estados foram capacitados na Colômbia. A partir daí, a estratégia passou a se chamar Escola Ativa.

A implantação da estratégia metodológica Escola Ativa no Brasil ocorreu no ano de 1997, com assistência técnica e financeira do Projeto Nordeste/MEC, tendo como objetivo aumentar o nível de aprendiza-

gem dos educandos, reduzir a repetência e a evasão e elevar as taxas de conclusão de parte do Ensino Fundamental, ou seja, de 1^a. a 4^a. série. No final de 1998, os estados de Sergipe e Alagoas decidiram implantar, também, a estratégia. Em meados de 1999, o Projeto Nordeste chegou ao seu final, dando lugar a um novo momento, ou seja, o surgimento do Programa FUNDESCOLA (Programa Fundo de Fortalecimento da Escola), o que não acarretou descontinuidade nas ações de implementação da estratégia que já se consolidava nos estados.

A Escola Ativa, então, passou a fazer parte das ações do Programa FUNDESCOLA. Para melhor compreensão, o processo de implantação da Escola Ativa no Brasil pode ser dividido em fases que representam o processo percorrido pela estratégia desde a sua implantação.

Fase I - Implantação e Testagem

Momento de preparação, implantação e acompanhamento para conhecer a efetividade da estratégia Escola Ativa, buscando a afirmação pela qualidade da mudança em sala de aula. Período compreendido entre os anos de 1997 e 1998, em estados da Região Nordeste. O Projeto Nordeste planejou ações que incluíram a elaboração de Guias de Aprendizagem, a capacitação de técnicos e educadores e a contratação de um supervisor pedagógico para realizar supervisões nas escolas.

Fase II - Expansão I

Momento de ampliar o número de escolas nos estados e nos municípios do Nordeste que solicitaram a expansão, sem perder a qualidade. Nesta fase, ocorreu, nas regiões Norte e Centro-Oeste, a implantação em municípios que compunham as ZAP (Zonas de Atendimento Prioritário) definidas pelo Programa FUNDESCOLA.

Fase III - Consolidação

Reconhecimento da efetividade da estratégia pelos estados e municípios. Criação de rede de formadores (multiplicadores) da estratégia, dando aos estados e municípios a oportunidade de participarem das ações de formação e monitoramento mais eficazmente.

Esta fase daria início ao processo de proporcionar mais autonomia aos estados e municípios nas ações de monitoramento e formação dos profissionais de sua rede. Os supervisores contratados pelo Programa FUNDESCOLA, que antes prestavam assessoramento pedagógico mensal aos educadores em suas escolas, realizariam esta ação como demonstração. Seus esforços estariam voltados agora para o assessoramento aos técnicos estaduais e municipais, orientando-os em suas dificuldades e nas dificuldades detectadas junto aos educadores nos processos de legalização e articulação e de alinhamento da estratégia Escola Ativa com outras ações da Secretaria.

Fase IV - Expansão II

Nesta fase houve uma expansão que rompia com os limites das ZAP, oportunidade em que foram incorporados municípios denominadas autônomos. A esses municípios restaram as responsabilidades de capacitar seus educadores e dotar as escolas de estrutura e de kit pedagógico (conjunto de materiais didáticos como globo, mapas, etc.).

Ao Programa FUNDESCOLA coube a distribuição dos materiais instrucionais, para a formação de educadores, e de Guias de Aprendizagem (livros didáticos das áreas do conhecimento elaborados para o atendimento de classes multisseriadas que implantaram a estratégia Escola Ativa) para os educandos, necessários para a implantação.

Fase IV - Disseminação e Monitoramento

Estruturalmente pertencentes às ações educacionais da Coordenação Geral de Fortalecimento Institucional-CGFOR/Diretoria de Programas Especiais/FNDE/MEC, a Escola Ativa contou com responsáveis pela implantação, implementação e monitoramento da estratégia nos âmbitos nacional, estadual e municipal, que compõe uma grande rede junto a gestores, técnicos, educadores, educandos e pais que se apóiam e caminham buscando a sustentabilidade nos estados e municípios, focalizando sua atuação naquilo que é essencial para o seu sucesso, proporcionando às equipes estaduais e municipais que desenvolvam autonomamente as ações de im-

plantação, monitoramento, implementação e avaliação.

No final do século xx e início do século xxi, os avanços dos movimentos sociais do campo no âmbito educacional e suas conquistas no plano das políticas públicas consolidaram um conjunto de demandas históricas de um projeto educacional que se propõe a levar em consideração uma população de cerca de 30 milhões de trabalhadores que produzem e vivem no meio rural brasileiro.

Para o Programa Escola Ativa inicia-se em 2007 um momento distinto, com sua transferência do FNDE/FUNDESCOLA para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, ficando sua gestão a cargo da Coordenação-Geral de Educação do Campo, como parte das ações do MEC que constituem a política nacional de Educação do Campo.

O atual momento desafia o Programa a reconhecer a realidade do campo enquanto fonte de suas reflexões, e superar uma visão reducionista do campo. O campo real é um campo onde atuam distintos interesses e projetos para o País.

No campo, assim compreendido, os povos camponeses demandam boas escolas para seus filhos, bons educadores e uma educação que não prepare apenas para a vida na cidade, mas que eduque reconhecendo as distintas formas de existência, de manifestações da vida e de relações sociais e com a natureza. O Programa, a partir da nova configuração, propõe uma educação que pense as questões ambientais relacionadas com o trabalho do Campo.

3

O Programa Escola Ativa – Fundamentos

Na contramão do modelo de desenvolvimento que subordina o campo à cidade e aprofunda as desigualdades entre os segmentos da população brasileira que residem em áreas urbanas e rurais no que se refere ao cumprimento de seus direitos, existem projetos contra-hegemônicos construídos a partir dos referenciais dos movimentos sociais do campo.

Dentre desta compreensão, a defesa de um país soberano está vinculada à construção de um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade. Assim, a Educação do Campo é entendida como forma de ação político-social, em oposição à tradicional educação rural, transposição empobrecida da educação construída para as áreas urbanas. No contexto da Educação do Campo, a escola passa a ser reconhecida como espaço de reflexão da realidade dos povos do campo, de seu trabalho, suas linguagens, de suas formas de vida e, sobretudo, de um novo projeto político de desenvolvimento.

Para os movimentos sociais tanto de luta pela terra quanto de melhores condições de vida para as populações do campo em seus diferentes segmentos, educação e a escolarização têm função social estratégica na afirmação de sua identidade e para a formulação de um novo projeto social de campo. É neste sentido que a SECAD/MEC tem elaborado a política de Educação do Campo.

As Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo, ocorridas em 1998 e 2004 resultaram de um longo processo de luta dos povos or-

ganizados do campo em busca do atendimento à sua especificidade associada à produção da vida e à cultura, e defenderam o direito dos povos do campo a políticas públicas.

Entre 2004 e 2005 foram realizados 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo pela SECAD/MEC com o apoio das secretarias estaduais de educação, prefeituras municipais, movimentos sociais do campo e universidades, cujo principal objetivo foi à divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com vistas à definição de políticas de educação específicas para estas populações. Estes momentos contaram ainda com intensa participação de educadores, sindicatos, UNDIME e CONSED.

Ao final de cada Seminário foram firmados compromissos que estão expressos nas “Cartas dos Estados”. Entre estes compromissos, cabe mencionar a criação de instância colegiada, na forma de comitês ou comissão de Educação do Campo, constituída no âmbito da secretaria estadual de educação e com representação de universidades e movimentos sociais no âmbito de cada estado.

Essas instâncias, comitês ou comissões, têm como principal finalidade discutir os problemas, as possíveis soluções, experiências e especificidades da Educação do Campo no sentido de promover a construção de um projeto político pedagógico de Educação do Campo que articule ações em políticas públicas, como forma de concretização das orientações preconizadas nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

Para construir uma educação que contemple o campo é necessário colocar em questão idéias e conceitos há muito estabelecidos na sociedade, desenvolver novos conceitos de modo a reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre o campo e a cidade. Para Caldart (2002), a associação da Educação do Campo às lutas por políticas públicas e reforma agrária é o fundamento educativo de um novo projeto político de desenvolvimento. A conquista da humanização se dá na própria luta contra a desumanização. Por isso, o desafio para as escolas do campo é formar para recuperar as condições humanas dos povos do campo.

Na busca de novas estratégias educativas capazes de promover o

desenvolvimento humano integral é preciso considerar a contribuição de cada povo do campo, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, agricultores familiares e indígenas, que se diferenciam entre si devido às distintas formas de organização do trabalho, organização social e cultura. Em que pesem as importantes distinções, estes povos, em suas trajetórias guardam, também, semelhanças entre si dadas à convergência de muitos problemas de ordem econômica, social e ambiental que vivenciam.

A Educação do Campo busca resgatar essas dimensões sócio-políticas, envolvendo os sujeitos educativos em uma distinta forma de organização do trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento, apontando tanto para a busca de processos participativos de ensino-aprendizagem, quanto de ação social para a transformação.

Neste sentido, advoga princípios que sustentam tais propósitos e estabelecem coerência com esta concepção de educação: educação para a transformação social - vínculo orgânico entre processos educativos, processos políticos, econômicos e cultura; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação voltada para valores humanistas e educação como um processo permanente de formação e transformação humana.

É dentro desta perspectiva que se insere o Programa Escola Ativa em sua reformulação. No trabalho pedagógico, os princípios acima referidos se desdobram e orientam a relação com o conhecimento ao proporem que a aprendizagem ocorra por meio da ação humana e mediante a apropriação (criativa) e reelaboração de conceitos.

Os conteúdos escolares são pensados para estabelecerem a relação especificidade/universalidade e na abordagem de temas que tratam de grandes problemas que afetam a vida cotidiana. A compreensão da linguagem e do conhecimento se faz a partir de sua consideração como mediação do processo de aprendizagem e de formação da mente e a busca de relações interdisciplinares do conhecimento e conteúdos articulados com o ensino e a pesquisa pedagógica.

No que se refere à metodologia do Programa Escola Ativa, busca-se uma articulação entre planejamento, prática e apropriação de conhecimentos. A opção do Programa é por uma metodologia problemati-

zadora capaz de definir o educador como condutor do estudo da realidade, por meio do percurso das seguintes etapas: I) Levantamento de problemas da realidade; II) problematização em sala de aula dos nexos filosóficos, antropológicos, sociais, políticos, psicológicos, culturais e econômicos da realidade apresentada e dos conteúdos; III) Teorização (pesquisa, estudos e estabelecimento de relação com o conhecimento científico; IV) Definição de hipóteses para solução das problemáticas estudadas; V) Proposições de ações de intervenção na comunidade;

No âmbito da gestão, propõe-se um envolvimento entre escola e comunidade, contextualizado em seus processos sociais e organizativos por meio do Conselho Escolar. Esta orientação é concretizada no estímulo à auto-organização dos estudantes.

Compreende-se que a formação do ser humano não é tarefa exclusiva da escola, pois é resultado de um conjunto de outras ações educativas. Ainda assim, a escola desempenha um papel de destaque na tarefa de possibilitar o acesso ao conhecimento e de ensinar a importância de pensar o campo como parte da unidade entre campo e cidade que constitui o nosso país.

4

O Programa Escola Ativa – Finalidades

O Programa Escola Ativa foi criado para auxiliar o trabalho educativo com classes multisseriadas. Para tanto, propõe-se reconhecer e

valorizar todas as formas de organização social, características do meio rural brasileiro, garantindo a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Para a Educação do Campo, as experiências escolares desenvolvidas tanto por organizações sociais quanto pelas redes públicas de ensino nas diferentes regiões e realidades do nosso país devem buscar o respeito à diversidade local e a ampliação crítica em direção a cultura universal. O Programa Escola Ativa se propõe à tarefa de aprofundar e propiciar melhores condições para o desenvolvimento da escola do campo e para o fortalecimento da experiência escolar, estimulando a conquista das coletividades e o compromisso com a vida escolar, com a comunidade e com o país.

O Programa Escola Ativa se propõe a valorizar o profissional da educação escolar através da busca de condições adequadas de formação – em caráter inicial e continuado –, remuneração, acompanhamento pedagógico, possibilidades de intercâmbio e formas de aprendizagem em serviço, estudo da diversidade e dos processos de interação e de transformação do campo. Cabe a este profissional destacada participação no processo de ensino e de aprendizagem para além da condição de mero observador ou provocador de conflitos cognitivos. Seu papel consiste em promover situações de envolvimento e compromisso dos estudantes com o estudo e ação sobre sua realidade e com a valorização dos povos do campo.

A gestão democrática do ensino público corresponde à participação da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola, na definição de prioridades e na organização de tarefas administrativas e gestão dos recursos da própria unidade escolar, bem como ao cuidado com o patrimônio da escola. Para o Programa Escola Ativa, a gestão democrática encontra-se concretizada no elemento curricular ‘Colegiado Estudantil’ e nos outros instrumentos de participação que chamam os estudantes para assumir responsabilidades ante a escola e a comunidade, valorizando a experiência extra-escolar, as formas de trabalho e sobrevivência e relação com o meio ambiente que respondem, juntos, pela grande diversidade das populações do campo.

No Programa Escola Ativa, a valorização da experiência extra-es-

colar aponta para a organização interdisciplinar dos conteúdos e da relação que se busca estabelecer entre o conhecimento que os estudantes trazem de suas experiências comunitárias e dos conteúdos da aprendizagem escolar. Devido à peculiaridade do trabalho com multisérie, o Programa Escola Ativa procura apoiar o educador ao lidar com diferentes graus de desenvolvimento mental e ritmo de aprendizagem, oferecendo recursos para uma maior diversidade de atividades, com trabalhos individuais e coletivo.

No contexto da Educação do Campo a proposta pedagógica do Programa Escola Ativa tem por objetivo propiciar condições para o trabalho com as diferenças regionais e com as populações que constituem os povos do campo. Tais propósitos podem ser observados, conforme segue:

O campo hoje não é sinônimo de agricultura ou de pecuária. Há traço do mundo urbano que passam a ser incorporado no modo de vida rural assim como há traços do mundo camponês que resgatam valores sufocados pelo tipo de urbanização vigente. Assim sendo, a inteligência sobre o campo é também a inteligência sobre o modo de produzir as condições de existência em nosso país.¹

A Educação do Campo resgata as relações sociais, de cultura, de relação com a natureza enquanto espaço/território de vida, participação, trabalho coletivo, cultura e ação humana.

- No Ensino Fundamental, encontraremos os seguintes princípios:
- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

¹ Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Parecer 36/2001.

O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

O Programa Escola Ativa foi reformulado no sentido de atender às exigências do Ensino Fundamental de nove anos, que resulta da compreensão de que o desenvolvimento integral da criança se beneficia mais dos estímulos quanto mais cedo estes forem apresentados pela escola. Desta forma, ajusta-se à Lei 11.274/2006 que acrescenta 1 ano ao Ensino Fundamental ao antecipar para a idade de 6 anos o ingresso do educando nesta etapa do ensino. ²

Importante destacar a necessidade da formação continuada do educador para atuar nas classes multisseriadas. Esta deverá contar, ainda, com a participação da comunidade para um melhor desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Estas contribuições auxiliam a ação pedagógica do educador com estratégias e vivências que favoreçam a aprendizagem, as atividades e decisões escolares. Nesse sentido, a adequação do ambiente escolar deve ser feita de forma propícia ao desenvolvimento das atividades, à melhora da auto-estima do educando e a participação da comunidade na preservação da escola, não perdendo a identidade do campo, sua cultura, mas, compreendendo-a e valorizando-a.

² Os Sistemas de ensino terão até 2010 para se ajustarem a esta determinação legal.



Aspectos Legais

A legislação educacional brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. Neste sentido, importa considerar a referência expressa na legislação sobre a possibilidade de adoção de diferentes formas de organização escolar. Neste sentido, as classes multisseriadas, forma mais característica da oferta de ensino no meio rural brasileiro, são amplamente respaldadas no que definem tanto a legislação educacional quanto as normas publicadas pelo Conselho Nacional de Educação no que se refere à Educação do Campo.

Importa considerar que a organização multisseriada para a qual se destina o Programa Escola Ativa passam a ser vistas, dentro da política de educação específica para os povos do campo, não apenas como organização possível, dada a baixa densidade demográfica das áreas rurais que dificulta a organização com separação etária e seriada rígida, mas como uma forma desejável de convivência entre educandos e educandas com diferentes etapas de aprendizagem escolar para a formação do contexto necessário às atividades de aprendizagem escolar.

No entanto, é preciso enfatizar a necessidade não apenas de formação adequada para o educador, mas de condições de acompanhamento pedagógico por parte dos sistemas de ensino às escolas que adotam a organização multisseriada, bem como a adoção de material didático-pedagógico específico e elaboração de um projeto pedagógico que contemple a complexidade implicada nesta forma de organização escolar. São estes os elementos de que se constitui, dito de forma simplificada, o Programa Escola Ativa.

No que diz respeito às determinações legais sobre educação pública, cabe, em primeiro lugar, referência à definição das responsabilidades do poder público no que diz respeito à organização dos sistemas de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/1996 estabelece, em seu artigo 9º, inciso III, que:

A União incumbir-se-á de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva. A organização da educação nacional é dada pelo Título IV da LDB, em seu

artigo 8º, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

A flexibilidade das formas de organização escolar, tão importantes para a Educação do Campo em virtude das grandes diferenciações regionais, da organização da vida coletiva e dos ciclos de chuva e seca, também se encontra prevista na LDB, conforme o artigo 23: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”.

Ainda de acordo com a LDB, as especificidades do atendimento escolar no campo são referenciadas em seu artigo 28, segundo o qual para a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que se refere a: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos educandos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Na normatização da oferta de ensino no campo, há ainda que ser considerado o que estabelece a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Este documento define em seu artigo 2º a identidade da escola do campo, conforme segue.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Para efeito de adoção de propostas pedagógicas diferenciadas, em cumprimento ao que postula a Educação do Campo, isto é, no atendimento educacional diferenciado a suas populações, as Diretrizes Operacionais estabelecem em seu artigo 5º que “as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”.

É conferida especial atenção a propostas pedagógicas capazes de valorizar a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, bem como os avanços científicos e tecnológicos em sua organização do ensino. Todas estas questões são relacionadas a partir de princípios éticos de solidariedade e colaboração que norteiam a convivência em sociedades democráticas. Estas questões estão relacionadas no artigo 13 das Diretrizes, em seu inciso II.

Importante aspecto da vivência do educando e da organização da aprendizagem, a avaliação do rendimento escolar se faz a partir do que define a LDB. Desta forma, para avaliação do rendimento do educando, a verificação se fará pela observância dos critérios que se seguem, definidos pelo art. 24 da Lei,

- a)** avaliação contínua e cumulativa do desempenho do educando, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b)** possibilidade de aceleração de estudos para educandos com atraso escolar;
- c)** possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d)** aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e)** obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Ainda um importante documento a ser considerado na construção de uma política de Educação do Campo em cumprimento aos direitos

de seus sujeitos, é a Resolução Nº 2, de 28 de abril 2008 que estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.

Este documento traz indicações precisas e minuciosas em relação à organização da oferta de ensino para as diferentes etapas da educação básica no campo. Assim, com relação ao atendimento escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental as Diretrizes Complementares indicam, em seu artigo 3º, que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

De acordo com o parágrafo primeiro do mesmo artigo, os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos educandos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos educandos em deslocamento a partir de suas realidades.

Como forma de promover a expansão da oferta de educação infantil no campo de modo a atender os direitos estabelecidos na legislação educacional, as Diretrizes Complementares, no parágrafo segundo do artigo terceiro, afirmam que “em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental”.

Ainda um importante aspecto da educação oferecida no campo, a nucleação de escolas para oferta dos anos finais do EF, o artigo 4º das Diretrizes Complementares se pronuncia com a definição que segue. “Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos educandos na menor distância a ser percorrida”.

A adoção do transporte escolar, quando se fizer necessária, deverá considerar o menor tempo possível no percurso entre a residência do educando e a escola, com especial atenção às condições de segurança dos educandos. Esta determinação aparece no parágrafo único do artigo 4º das Diretrizes Complementares.

Cabe, por fim, referência às classes multisseriadas, forma de organização específica do atendimento do Programa Escola Ativa. Como forma de assegurar a qualidade da educação ministrada em classes organizadas sob a forma de multisseriação, as Diretrizes Complementares em seu artigo 10, parágrafo segundo, definem que “as escolas multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de educadores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente”.

6

Elementos Estruturantes da Metodologia do Programa Escola Ativa

Para auxiliar o trabalho do educador em sala de aula o Programa Escola Ativa propõem estratégias que, relacionadas entre si por meio de atividades práticas, dão vida ao currículo. Essas estratégias são:

I Cadernos de Ensino-Aprendizagem

São livros específicos por disciplinas (português, matemática, história, geografia, ciências e alfabetização), desenvolvidos para utilização nas classes multisseriadas. Estão elaborados de forma que o estudante possa desenvolver parte de suas atividades em sala de aula seguindo as orientações do caderno, tendo em vista

desenvolver a autonomia do educando. Isto permite ao estudante desenvolver um conjunto de atividades escolares sem o acompanhamento direto do educador, podendo avançar em seus estudos, através do trabalho individual e coletivo, sem que a importância atribuída ao trabalho do educador seja minimizada.

O livro do estudante auxilia principalmente o trabalho simultâneo do educador com as várias séries. Seu papel é sempre o de introduzir novos conteúdos, estabelecendo relações com o que a criança já sabe. O educador deve ampliar as atividades escolares de ensino-aprendizagem para além do livro do estudante. Considerando que a própria realidade é uma totalidade com múltiplas relações, é nela que se encontra a interdisciplinaridade à disposição do trabalho escolar.

É necessário esclarecer que não se pretende que o livro do estudante se restrinja às atribuições de livro didático, mas que se constitua em um roteiro de aprendizagem, que pode ser complementado e até modificado pela dinâmica da sala da aula sob a coordenação do educador.

II Cantinhos de Aprendizagem: Espaço Interdisciplinar de Pesquisa:

São espaços nos quais serão reunidos materiais de pesquisa que se constituem em subsídio para as aulas ao criar oportunidades e situações para experimentação, comparação e socialização de conhecimento. Devem ser construídos pelos estudantes, educadores e comunidade com acervo de livros, plantas, informações sobre animais, objetos sócio-culturais relacionados à cultura local e às áreas de conhecimento.

Dado que a realidade se constitui em uma totalidade, a partir de sua consideração podem ser encontradas relações entre as diferentes disciplinas, como português, matemática, geografia, história e ciências. O educador pode, por meio dos Espaços de Pesquisa, buscar as conexões entre a história local e a geral, percorrendo os espaços geográficos e territoriais, as diferentes formas de literatura, as artes, a matemática etc., que fazem parte de todo o ambiente

que envolve a criança e no qual ela se desenvolve.

Portanto, recomenda-se que os Espaços de Pesquisa devem ser utilizados e montados, preferencialmente, de forma interdisciplinar. Devem ser sempre introduzidos novos textos, materiais didáticos e resultados de pesquisas, realizadas pela escola e a comunidade. Poderá inclusive haver um comitê responsável por cuidar, preservar e criar situações de renovação deste espaço.

III Colegiado Estudantil

O Colegiado Estudantil constitui-se de um coletivo de representantes dos comitês e que é proposto pelo Programa Escola Ativa como forma de favorecer a implantação da gestão democrática e fortalecer a participação dos estudantes e comunidade. Sua função é estimular a auto-organização dos estudantes, a tomada de decisões coletivas, a gestão, o comando e execução de tarefas, assim como a coordenação de assembleias. O Colegiado Estudantil terá sua representação no Conselho Escolar, conforme estrutura prevista na LDB/96, que reúne também educadores e comunidade.

A experiência demonstra que esta participação contribui para que os estudantes compreendam as diversas formas existentes de compromisso com a sociedade, os mecanismos de participação e gestão e pode promover, assim, a aprendizagem cooperativa. O Colegiado deve constituir-se em um espaço de formação política e de aprendizagem do compromisso da escola com a comunidade.

IV Escola e Comunidade

A escola deve procurar aprofundar sua inserção na comunidade da qual faz parte por meio de atividades curriculares relacionadas à vida diária, ao ambiente natural e social, à vida política e cultural e às condições materiais dos educandos e da comunidade.

Neste sentido, destaca-se a necessidade de estratégias curriculares que tratem da formação humana como um todo, não se limitando aos conhecimentos relacionados às vivências do estudante e da sua comunidade. Sendo assim, o currículo deve introduzir, sistematicamente, novos conhecimentos, aprofundando sua comple-

xidade, possibilitando o desenvolvimento do ser humano integral e buscar colocar na prática da sala de aula as situações-problema contextualizadas e lidas em sua interdisciplinaridade.

Através das estratégias acima descritas e de sua articulação, acredita-se estar abrindo caminhos para a formulação de uma concepção dos processos de ensino-aprendizagem capaz de superar a mera classificação em séries. Ao adotar uma organização diferenciada do trabalho pedagógico, em que os anos iniciais do Ensino Fundamental formam uma etapa menos fragmentada, busca-se apontar para uma matriz formadora e uma compreensão mais ampliada, integral e multidisciplinar deste período do desenvolvimento. Busca-se, desta forma, compreender a infância como constituída de diferentes estágios de desenvolvimento e não como seqüência de séries escolares.

V Organização do trabalho pedagógico de turmas multisseriadas que adotam o Programa Escola Ativa

O Programa propõe formas alternativas de organização e funcionamento de turmas multisseriadas, dada a compreensão de que não se pode trabalhar numa classe multisseriada dando a ela o mesmo tratamento de uma turma seriada. Para atender às necessidades das classes multisseriadas, o Programa Escola Ativa propõe:

- Que mesmo que os estudantes sejam organizados por série para melhor circulação de informações entre eles, é necessário que se trabalhe alternadamente com grupos, com todas as séries para que as crianças possam exercitar diferentes possibilidades de cooperação, comparação e troca de experiências e conhecimentos. A presença de uma criança mais experiente em contato com crianças menores pode se tornar fonte de aprendizagem.
- Que em cada grupo haja um monitor, escolhido pelos estudantes, que auxiliará o educador quando este estiver em outro grupo, coordenando o desenvolvimento das atividades.
- Que o educador ressignifique sua prática pedagógica, deixando a prática centrada basicamente em aulas expositivas e no quadro de giz, para coordenar, orientar, expor, propor, dirigir e acompanhar

as atividades dos estudantes nos próprios grupos. As intervenções do educador, realizadas em tempo hábil, observarão as necessidades dos educandos e levarão em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem.

- Que o educador estimule os estudantes para o desenvolvimento da responsabilidade e autonomia. É seu papel, mesmo assim, observar de perto o caminho seguido por cada estudante, estimulá-lo a dar passos e auxiliá-lo na busca de respostas ou a solucionar problemas com seu próprio grupo. O desenvolvimento da autonomia ocorre tanto na realização de tarefas individuais quanto coletivas, pois nos dois casos é necessário que o estudante assuma a responsabilidade de planejar, desenvolver e executar tarefas.
- Que estudantes e educador articulem todos os elementos da metodologia (Cadernos de Ensino-Aprendizagem, Colegiado Estudantil, Cantinhos de Aprendizagem e Comunidade) a fim de viabilizar o desenvolvimento das atividades de forma mais significativa. Esta articulação deverá ser garantida a partir do planejamento diário das atividades de cada série.

VI Metodologia dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem

Os Cadernos possuem uma estrutura diferenciada que busca facilitar a aprendizagem do educando de forma dinâmica, atrativa e cooperativa. É seu objetivo integrar os conteúdos e remeter à pesquisa pedagógica e à discussão problematizadora. Os Cadernos propiciam condições para o trabalho com distintos momentos do processo de aprendizagem e ritmos. Mesmo estando inseridos em um grupo de trabalho, os educandos avançam no estudo, de acordo com as aprendizagens construídas. Dentro desta organização do trabalho escolar, se houver a necessidade de afastamento da escola por algum período justificável (saúde, atividades familiares, clima etc) não há prejuízo no programa de atividades do educando que pode retomar seus estudos a partir do ponto em que foram interrompidos.

Em sua estrutura, os Cadernos de Ensino-Aprendizagem possuem: Atividades Básicas (A), Atividades Práticas (B) e Atividades de Aplicação e Compromisso (C). São atividades sequenciais que favorecem a pesqui-

sa e a problematização, possibilitam a construção do conhecimento no coletivo e, individualmente, estimulam a cooperação, o diálogo, a reflexão e o compartilhamento de idéias. As atividades A, B e C, em seu conjunto, compõem um módulo. Os módulos, por sua vez, compõem as unidades. O Caderno de Ensino-Aprendizagem constitui-se de um conjunto de unidades.



Detalhando as atividades integrantes de cada módulo temos:

Atividade Básica

Esta seção dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem tem por objetivo explorar os conhecimentos prévios, convidando o educando à aquisição de novos conhecimentos. São abordadas situações reais, da vivência do educando, que, a partir de provocações, estímulos, análise, observações, reflexões e interação com outros educandos, com o educador e com o próprio texto, conduz a novas aprendizagens. Quer dizer, novos conhecimentos surgirão como resultado de um processo de ampliação, diversificação e aprofundamento do conhecimento anterior.

Atividade Prática

É o momento de consolidação de conhecimentos e aplicação do que foi aprendido, e circunstância em que o educador pode observar se as idéias do educando vão tomando corpo, tornando-se mais coesas e precisas. Esta seção dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem permite ao educando relacionar a teoria à prática, confrontar saberes, construir e reconstruir aprendizagens. Aqui o educando aplica os novos conhecimentos e formula conceitos importantes para sua formação integral.

Atividade de Aplicação e Compromisso

Possibilita ao estudante a aplicação do conhecimento adquirido numa situação real, seja em sua classe, seja com sua família ou na comunidade. Esta seção instiga o estudante a reafirmar na prática o co-

nhecimento construído, aproximando-se ainda mais da realidade. Nela se verifica se o aprendizado está relacionado à vivência do educando.

As seções A, B, C objetivam articular conhecimentos já consolidados pela criança e os processos mentais já estabelecidos, desafiando-o e estimulando-o a construir estágios mais elevados de raciocínio na relação com outros (estudantes, educador, cantinhos de aprendizagem, comunidade) colocando em movimento vários processos de desenvolvimento que sem este contexto seria impossível ocorrer.

7

Objetivos do Programa Escola Ativa

7.1 Geral

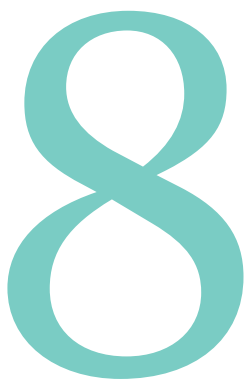
Melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo.

7.2 Específicos

- a) Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, disponibilizando diversos recursos pedagógicos e de gestão;
- b) Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;
- c) Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no

Programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo;

- d) Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica.



Metas Físicas do Programa Escola Ativa 2007-2010

Atender as escolas de todos municípios que aderiram ao Programa Escola Ativa no Plano de Ação Articulada PAR ou que esteja incluído nos Territórios da Cidadania.



Público

Educadoras/es, educanda/os, formadores/as de escolas com classes multisseriadas em escolas do campo e equipes técnicas das secretarias municipais e estaduais de educação envolvidos com as classes multisseriadas.

10

Formação Continuada de Educadores e Coordenadores Estaduais e Municipais

A formação continuada dos educadores será de responsabilidade compartilhada entre os sistemas públicos de ensino, com as atribuições definidas da forma como se segue.

Caberá à União articular através da Rede da Diversidade o conjunto de Universidades que desenvolvem programas de formação de educadores para as escolas do campo, financiando cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 180 horas para no mínimo dois técnicos municipais e coordenadores das secretarias estaduais. É ainda de responsabilidade da União construir um sistema nacional de monitoramento do Programa Escola Ativa com o objetivo de obter dados para avaliação de resultados, redimensionamento das metas e realização das mudanças necessárias na estrutura e na proposta pedagógica.

Aos Estados cabe coordenar a articulação entre as universidades e municípios para o planejamento conjunto e monitorar a formação realizada pelas universidades designadas pelo Governo Federal.

O Município, por sua vez, deverá organizar e manter os microcentros, garantindo a formação continuada dos educadores, garantir o deslocamento e presença dos formadores nas atividades de formação e criar formas de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa no âmbito local.



Proposta de Curso de Formação no Programa Escola Ativa

Para formação inicial dos formadores propomos a seguinte estrutura:

- 1 O curso contempla 200 horas, com a apresentação de uma proposta de trabalho pelos cursistas no final de cada módulo para ser desenvolvido com os educadores da rede.
- 2 Está formado por 4 módulos.
- 3 Entendemos que um aspecto relevante do curso refere-se a sua potencial capacidade de atingir um grande número de educadores de forma indireta, pois, a formação de técnicos seria realizada simultaneamente com a formação dos educadores. Neste sentido, na medida em que os técnicos recebem a formação estariam repassando suas aprendizagens para os educadores da rede nos microcentros.
- 4 Quando o cursista retorna para fazer o módulo seguinte, deverá apresentar um relatório das atividades desenvolvidas
- 5 Os conteúdos a serem trabalhados no curso consistem no estudo de conceitos básicos da Educação do Campo e seus Fundamentos.

Curso de Formação do Programa Escola Ativa

Módulo	Qtde Horas	Sub-módulos
Módulo 1 Metodologia do Programa Escola Ativa	40h	Concepções e conceitos em Educação do Campo; Classes multisseriadas; Organização do Trabalho Pedagógico;- Elementos curriculares e seus instrumentos de aplicação na sala de aula; Cadernos de Ensino-Aprendizagem, Cantinhos de Aprendizagem – Espaço interdisciplinar de pesquisa, Colegiado Estudantil; Escola e Comunidade; Planejamento; avaliação. Gestão: acompanhamento e formação de professores nos microcentros. Apresentação da proposta de trabalho para desenvolver com os professores.
Módulo 2 Introdução à Educação do Campo	40h	Concepções e conceitos em Educação do Campo: Campo; Educação do Campo; Desenvolvimento Sustentável; Trabalho e Educação; Características sociais, políticas e econômicas do Campo Brasileiro. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do Campo. Educação do Campo, como direito humano, no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social. Movimentos Sociais do Campo. História e lutas pela educação do Campo (Encontros e Conferências do Campo)

Módulo Qtde Horas Sub-módulos

		Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em andamento). Apresentação do relatório pelos cursistas desenvolvido nos microcentros. Apresentação de uma proposta de trabalho deste módulo com os professores nos microcentros.
Módulo 3 Alfabetização e Letramento	40h	Concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a Educação do Campo (Psicologia histórico-cultural; Wallon). Ensino fundamental de 9 anos e suas implicações para classes multisseriadas; Principais teorias de alfabetização e seus respectivos métodos; Letramento e alfabetização; Aspectos psicolinguísticos da alfabetização (desenvolvimento da escrita); Formas de agrupamento entre crianças que provocam aprendizagem; Estratégias de Leitura; Produção de Textos; Trabalho com os diferentes gêneros textuais; A leitura do professor e a leitura do aluno;
Módulo 4 Práticas Pedagógicas em Educação do Campo.	40h	Fundamento e princípios da Educação do Campo: Trabalho como princípio educativo, Pesquisa como princípio formativo, Escola formadora do ser humano articulado com um Projeto de Emancipação humana. Organização do trabalho

Módulo Qtde Horas Sub-módulos

		pedagógico: práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade; Estrutura pedagógica dos cadernos de ensino e aprendizagem; Cantinhos de Aprendizagens e o uso de diferentes materiais didáticos; Interdisciplinaridade; Planejamento e avaliação. Apresentação do relatório pelos cursistas desenvolvidos nos microcentros. Apresentação de uma proposta de trabalho deste módulo com os professores nos microcentros.
Módulo 5	40h	Organização da Educação Nacional. Competências e responsabilidades dos entes federados com a Educação do Campo. Conselhos de Educação no âmbito dos Sistemas. Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em andamento). Gestão educacional: Financiamento e gestão orçamentária da educação do campo; Gestão de recursos materiais (relação da infra-estrutura escolar e condições de funcionamento das escolas para a qualidade do ensino); gestão democrática; gestão pedagógica da educação escolar no campo. Gestão de pessoas nos sistemas de Ensino e nas Escolas do Campo: formação e valorização dos profissionais da Educação na LDB e nas diretrizes e metas do PNE. Aspectos Legais do Programa Escola Ativa - Projeto Político Pedagógico e

Módulo Qtde Horas Sub-módulos

Regimento Escolar.
Apresentação do relatório pelos cursistas desenvolvidos nos microcentros.
Apresentação de uma proposta de trabalho deste modulo com os professores nos microcentros.

TOTAL 200h



Microcentros

O Microcentro é uma das estratégias do Programa Escola Ativa que proporciona a troca de experiências, a oportunidade para educadores se organizarem e construir novos conhecimentos, bem como discutir dificuldades em relação ao processo ensino-aprendizagem e à metodologia adotada.

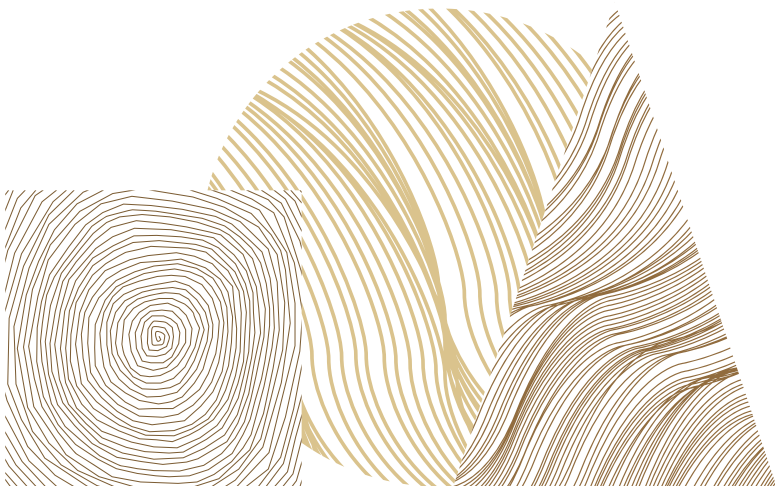
Constitui um espaço para teorização, estudos reflexões, construção e apropriação de novos conhecimentos, trocas de experiências, vivências, desencadeando um processo de avaliação e auto-avaliação.

Cada município organizará mensalmente os microcentros, reu-

nindo os educadores de sua rede, podendo também firmar parcerias com outros municípios definindo pólos para a sua realização, objetivando, assim, proporcionar uma maior troca de experiências.

A organização de um microcentro deve:

- propiciar um momento de socialização das experiências da prática docente e busca conjunta de soluções para as dificuldades detectadas;
- pressupor a escolha de um tema para estudo que seja de interesse e escolhido após identificação de uma necessidade pedagógica, se não de todos, pelo menos da maioria dos educadores;
- garantir a efetividade dos objetivos do planejamento claramente traçados;
- assegurar a definição da estratégia metodológica a ser utilizada que possibilite a participação de todos os envolvidos e sua interação;
- considerar a organização do espaço, dos recursos humanos e materiais;
- pressupor que, caso haja palestrante, suas concepções sejam inerentes à estratégia metodológica da Escola Ativa;
- avaliar com o grupo de educadores o aproveitamento do encontro;



13

Material Didático e Pedagógico

Coleção de livros didáticos

Educando:

- Alfabetização e Letramento 1º ao 3º ano
- Língua Portuguesa 4º e 5º ano
- Matemática 1º ao 5º ano
- História 1º ao 5º ano
- Geografia 1º ao 5º ano
- Ciências Naturais 1º ao 5º ano

Educador:

- Caderno de Orientações Pedagógicas para a Formação de Educadores do Programa Escola Ativa.
- Caderno de Orientações didático pedagógico de Alfabetização e letramento para os três anos iniciais
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Língua Portuguesa para o 4º e 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Matemática do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de História do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Geografia do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientação didático-pedagógico de Ciências Naturais do 1º ao 5º ano.

Para 2009, serão distribuídos os cadernos do Ano 1 para educandos de 6 anos de idade, Caderno de Formação e Projeto Base elaborados com fundamentos nos princípios e concepções da educação do campo. Para as demais series os educandos receberão os atuais cadernos do Programa. Em 2010 todos os educandos receberão os cadernos de ensino e aprendizagem reformulados na perspectivas da Educação do Campo.

Kit pedagógico:

Será disponibilizado pelo Ministério da Educação - MEC um kit pedagógico para todas as escolas que adotarem o Programa.

Kit pedagógico composto pelos seguintes materiais:

Composição

- | | |
|--------------|--|
| Kit 1 | 1 (um) Globo terrestre
1 (uma) Bússola
1 (um) Esqueleto humano (45cm)
1 (um) Kit com régua, esquadro,
compasso e transferidor. |
| Kit 2 | 2 (dois) Alfabeto móvel cursivo
2 (dois) Alfabeto móvel Script
1 (um) Jogo memória de sílaba |
| Kit 3 | 1 (um) Ábaco vertical aberto
1 (um) Material pedagógico dourado
1 (um) Tangran
1 (um) Jogo de números com
pinos emborrachados.
1 (um) Jogo alfa-numérico
1 (uma) Escala Cuisenaire
1 (um) Jogo pedagógico bloco lógico
1 (um) Jogo de xadrez |

14

Estrutura Operacional do Programa

14.1 **Gestão**

A gestão do programa será feita no âmbito nacional pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, tendo como responsável pela execução direta a Diretoria de Educação para Diversidade/Coordenação Geral de Educação do Campo, cabendo-lhe:

- Garantir a formação dos formadores no Programa Escola Ativa;
- Fornecer os Cadernos de Aprendizagem e kits Pedagógicos necessários para as atividades escolares do Programa Escola Ativa;
- Organizar e manter um sistema de gestão do Programa, em parceria com os estados e os municípios.

A execução do Programa estará sob a responsabilidade das redes de ensino que mantenham escolas com classes multisseriadas as quais deverão se articular com instituições de ensino superior públicas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem com Educação do Campo e tenham experiência na realização de projetos de Educação do Campo.

As Secretarias Estaduais de Educação, quando aderirem; constituirão uma coordenação estadual do Projeto, cabendo-lhes:

- Organizar e manter uma equipe coordenadora estadual;
- Articular a operacionalização do programa nos municípios;
- Planejar e acompanhar a formação dos/as formadores/as junto as IES públicas.
- Acompanhar nos municípios a formação dos/as educadores/as;
- Realizar o acompanhamento e monitoramento do Programa nos Municípios, bem como manter atualizado o sistema de monitoramento e avaliação.

Quando a Secretaria Estadual de Educação não aderir ao Programa, a coordenação estadual do Programa ficará a cargo de uma Comissão Estadual do Programa Escola Ativa, constituída por representação dos municípios e universidades, onde a coordenação desta comissão fique preferencialmente a cargo da UNDIME Estadual.

O Comitê Estadual de Educação do Campo fará o controle social do Programa Escola Ativa.

Os Municípios farão a adesão e se comprometerão a:

- Indicar um coordenador, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação para tratar dos assuntos afetos ao Programa e que seja preferencialmente do quadro efetivo;
- Constituir a equipe formadora municipal que será a equipe pedagógica do programa;
- Assessorar técnica e pedagogicamente os educadores das escolas em que for implantado o Programa Escola Ativa. O assessoramento técnico e pedagógico aos educadores se fará por meio de atividades como visitas técnicas às escolas, reuniões e atividades de formação em serviço para os/as educadores/as;
- Garantir a formação continuada e em serviço das equipes escolares na metodologia do Programa;
- Organizar e implementar os microcentros;

- Assegurar o padrão mínimo de funcionamento das unidades escolares com vistas à garantia de um ambiente adequado às atividades educacionais;
- Viabilizar as condições necessárias de acesso da equipe técnica e formadora as escolas e as atividades nos microcentros.

Estados e Municípios farão a adesão on line, no endereço
www.mec.gov.br/educacaodocampo/programaseprojetos

14.2 Monitoramento e Avaliação

O Ministério da Educação desenvolverá um sistema de monitoramento e avaliação com o objetivo de acompanhar a implementação do programa em sua área de abrangência com vistas a ajustes e correções imediatas, além de realizar encontros técnicos para prestação de contas dos recursos recebidos. Para tal, o monitoramento acompanhará a implantação e a operacionalização desde o início do desenvolvimento do curso e subsidiará o desenvolvimento pedagógico, dando apoio para uma ação mais efetiva.

O monitoramento e a avaliação identificarão processos e resultados, realizarão a comparação dos dados de desempenho e proporão ajustes ao Programa. Terá ainda como objetivo, apreender o Programa desde a sua formulação, estendendo-se à sua implementação, execução e aos resultados e impactos produzidos.

Essa avaliação contínua e sistemática tem por objetivo contribuir para o fortalecimento do Programa e das organizações. A avaliação aqui concebida vai além de um mero procedimento burocrático de prestação de contas. Este processo tem em vista um resultado em aprendizado social das organizações envolvidas na formação dos educadores além de apoiar a gestão do Programa e sistematizar dados que contribuem para o aprimoramento do trabalho junto às escolas com classes multisseriadas.

¹ Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Parecer 36/2001

² Os sistemas de ensino terão até 2010 para se ajustarem a esta determinação legal.



**PDE | ESCOLA
ATIVA**

PROGRAMA ESCOLA ATIVA

Acesse www.mec.gov.br
ou ligue 0800 616161

FNDE

**Ministério
da Educação**

